

É POSSÍVEL ESCREVER A HISTÓRIA

RECENTE DOS TROTSKISMOS BRASILEIROS?

Alvaro Bianchi¹

Quem estiver familiarizado com a história das esquerdas já deve ter reconhecido a inspiração do título deste artigo. Ao receber o prêmio Isaac e Tamara Deutscher em 1996, o historiador Eric J. Hobsbawm levantou uma questão similar: é possível escrever a história da Revolução Russa? A resposta do historiador britânico foi, em alguns pontos, similar à que aqui é dada. É possível escrever a história recente dos trotskismos, mas não é possível escrever uma história definitiva e não é desejável escrever uma história oficial².

Tudo leva a crer que, quando se trata da história contemporânea – e a história dos trotskismos é, sem dúvida, uma pequena parte dessa história –, as querelas são mais intensas. Os nexos dessa história com o presente são muito nítidos e evidentes para serem apagados. As opções, as paixões partidárias, os rancores políticos e sociais pretéritos incidem com maior força sobre a investigação do passado imediato.

As batalhas travadas nas trincheiras da historiografia são, também, combates levados a cabo na política. Que os atores das batalhas historiográficas sejam respeitáveis acadêmicos não os torna menos partidários.

Infelizmente, seja na enfadonha descrição positivista do que realmente teria ocorrido, seja nas fantasiosas – e frequentemente irrelevantes – narrativas pós-modernas, os historiadores muitas vezes escondem suas ideias e propósitos por trás de fatos ou personagens. As relações de forças das quais os historiadores também fazem parte são ocultadas para que se possa beber a água de Lete, o mitológico rio do esquecimento, e esvaecer a memória dos pecados. Mas quando se quer lembrar e não apagar essa memória é necessário interrogar-se. Por que esses fatos e personagens são resgatados dos documentos e revividos das tumbas? Quais são as intenções dos historiadores? Com quem estão comprometidos? A quem pertence a verdade?

Sempre que alguém reclamou para a história o papel de tribunal da verdade atribuiu aos vencedores a condição de juiz. A história não julga, não prova, não age. Ela não atende pelo nome de Josef Stalin, Mao Zedong, Fidel Castro ou Hugo Chávez; não pode ser personificada. Sempre que alguém reivindicou a neutralidade dos fatos, procurou imputar-lhes um sentido ou uma tese externa aos próprios fatos. Para o historiador materialista os fatos são apenas humanamente objetivos. Só existem para ele na medida em que são processados pelo conhecimento humano de acordo com um quadro conceitual previamente estabelecido, na medida em que são selecionados, organizados e que se tornam inteligíveis. A objetividade do historiador socialista é muito diferente daquela de um conservador.

O fato de querer fazer uma historiografia militante não diminui a exigência de rigor na pesquisa. Ela, pelo contrário, se torna maior. Para navegar contra a corrente é necessário construir solidamente a embarcação e manter firme o leme. Para trabalhar partidariamente a historiografia de uma tendência política que se manteve marginal, porém irredutível, é necessário construir solidamente o *corpus* da pesquisa e manter um rumo teórico que permita organizar, apresentar e discutir as fontes de modo adequado. A pesquisa historiográfica não é um exercício por meio do qual o investigador torce a realidade de acordo com sua vontade para fazê-la caber em caixinhas previamente organizadas. A diferença entre a boa e a má historiografia está na adequação da primeira à realidade.

Como não escrever essa história?

Embora seja uma tendência política minoritária, os trotskismos brasileiros mostraram suficiente poder de fascinação para atrair alguns dos mais

importantes intelectuais brasileiros do século XX e influenciar significativamente o pensamento social e político deste país³. Além do mais, em alguns momentos particulares os trotskismos brasileiros tiveram perspicácia e iniciativa política que lhes permitiram ter um papel decisivo em confrontos sociais. O crescimento das correntes trotskistas neste país a partir da década de 1970 tornou impossível escrever uma história sincera do movimento sindical ou estudantil brasileiro sem se referir a elas⁴. E mesmo a história do Partido dos Trabalhadores não pode prescindir de uma abordagem minuciosa do papel desempenhado por suas tendências trotskistas. Escrever uma história dos trotskismos é necessário para a luta pela memória das classes trabalhadoras e das esquerdas no Brasil.

Não é possível, entretanto, escrever uma história definitiva. Bastaria o bom senso para desaconselhar o contrário; entretanto, como se sabe, confiar nele é muito arriscado nos dias atuais. Certamente, a história do presente não pode ser nunca definitiva porque este se atualiza permanentemente. Enquanto existir esse objeto de pesquisa sua história permanecerá aberta e não poderá ser concluída. Mas se a história não pode ser definitiva no que diz respeito ao presente, ela também não o é com relação ao passado, mesmo quando ele já se encontra muito distante.

Bons historiadores podem chegar a acordos sólidos a respeito de certos eventos com base em documentos, depoimentos, ou mesmo no próprio testemunho. Certos pressupostos teóricos ou epistemológicos devem ser partilhados para que esses acordos sejam mais sólidos.

Mas acordos sólidos não dão uma palavra final. Relembre-se o exemplo que E. P. Thompson dá em seu livro de polêmica com Louis Althusser: “O rei Zed morreu em 1100 a.C.”⁵. Trata-se de um enunciado factual extremamente simples, mas ele próprio sintetiza um conjunto complexo de relações de dominação e subordinação que eram interpretadas, quando esse soberano ainda estava vivo, de modo diferente por diferentes grupos sociais. Mas, além dessas complexas relações, interpretadas na época em que Zed viveu, há o trabalho do historiador e o quadro conceitual que ele operou para poder traduzir essas relações contemporaneamente por meio do conceito de rei e para converter o registro do tempo da morte do Rei no calendário gregoriano. Não são operações simples e exigem certa elaboração teórica e conhecimento técnico. A tendência a impor uma definição contemporânea de realeza a realidades históricas muito diferentes é forte. Mas que semelhança pode haver entre a decrépita família real inglesa no século XXI, desprovida de poder político efetivo, e um monarca do Oriente Próximo que exerceu seu poder despótico há três milênios? Quanto mais sólida a pesquisa empírica e quanto mais difundido esse quadro teórico e conceitual mais amplo e abrangente é

o consenso ao qual se pode chegar. Podem ter sido necessários anos, décadas ou mesmo séculos de trabalho para determinar de modo preciso quando Zed morreu. Decifrar escritas antigas, interpretar calendários arcaicos, reconhecer estruturas de parentesco e relações políticas hierárquicas, construir quadros genealógicos são operações que demandam tempo e energia. Mas se tal rei de fato existiu – e não foi apenas uma brincadeira de Thompson – é possível que os historiadores cheguem a um acordo sobre o enunciado a respeito da morte do rei Zed em 1100 a.C.

Sobre outros temas, entretanto, o dissenso pode ser mais fácil, ou mesmo inevitável. As razões para tal, é claro, não dizem respeito exclusivamente aos argumentos científicos e devem ser procuradas muitas vezes fora da ciência, nas disputas políticas e sociais que agitam os bastidores da pesquisa acadêmica. Interpretações inconsistentes podem encontrar longo curso e, muitas vezes, não bastam argumentos lógicos rigorosos ou fortes evidências empíricas para derrubá-las⁶. Mesmo os eventos mais simples podem ser interpretados no futuro de modo radicalmente diferente devido a novas descobertas, documentos inéditos ou mesmo crises teóricas que alterem de modo profundo paradigmas até então muito difundidos.

O que aconteceria com a historiografia do movimento comunista se nos arquivos soviéticos fosse, finalmente, encontrada a ordem de execução de Kirov, cuja morte o stalinismo atribuiu à oposição? Ou se nos papéis de Luís Carlos Prestes fosse localizado um pequeno bilhete no qual se antevisse a derrota do levante comunista de 1935 no Brasil? Ou se uma nova e mais convincente interpretação dos antigos calendários e alfabetos levasse à conclusão de que quem morreu em 1110 a.C. foi na verdade o filho do rei Zed? Não é de se esperar, portanto, que seja possível uma história definitiva de qualquer processo histórico e muito menos daqueles que sempre foram motivo de intenso debate e disputa.

Por outro lado, não é desejável escrever uma história oficial. O famigerado manual *História do Partido Comunista da União Soviética (bolchevique)*, editado e reeditado sob as ordens da burocracia governante, já mostrou que a historiografia não deveria acatar decretos de secretários gerais e comitês centrais ou submeter-se a propósitos políticos imediatos⁷. O resultado dessa obediência foi sempre a manipulação da história. A cada guinada da burocracia, a cada novo expurgo, o manual era reescrito de modo a acompanhar as reconfigurações da luta interburocrática. Entre os historiadores é conhecida a anedota segundo a qual essas operações faziam da União Soviética o único país no qual o futuro era completamente previsível, graças à clarividência de sua genial liderança, mas o passado era totalmente incerto.

A alternativa a uma historiografia comandada pelo alto é uma concepção historiográfica “adogmática e antidogmática, histórica e crítica e, portan-

to, materialista no verdadeiro sentido da palavra”⁸. Para cumprir esses critérios, essa historiografia deve ser profundamente iconoclasta. Seu objetivo, ao invés de reforçar crenças autojustificadoras deve ser derrubar os mitos, colocar à luz os problemas enfrentados pelas organizações trotskistas, seus erros e limites. Como, entretanto, proceder quando se trata de fazer uma história militante de um partido ou de uma organização política? Como evitar que esta se constitua não como história oficial, mas – o que é pior – como história militantemente oficialista?

Não tem sido fácil para a historiografia militante dos trotskismos evitar as fáceis tentações da história oficial. Os incontornáveis percalços que enfrentou, suas quedas ou mesmo suas crises foram, nessa historiografia, sempre justificados pela escassa inserção social, pelo isolamento político, ou, simplesmente, pela necessidade de adaptar-se à “conjuntura da época” ou às correntes ideológicas predominantes⁹. Mas há ainda exemplos extremos nos quais sequer a conjuntura preponderante pode fornecer uma boa desculpa. Nestes predominam a atitude autocondescendente para com suas próprias organizações, a mitologia dos grandes dirigentes de pequenos partidos, o exagero polêmico e o autoelogio. Este é o caso dos livros de Osvaldo Coggiola sobre a trajetória dos trotskismos argentinos nos quais abundam vitupérios, acusações, adjetivos e predomina uma rude narrativa que supervaloriza as pequenas intrigas fracionais; ou ainda os opúsculos de Julio Magri, o qual sacrifica a história no altar de uma seita e de seu sacerdote supremo¹⁰. O caso mais bizarro, entretanto, é provavelmente o de David North e sua paranoica tentativa de provar que o secretário de Leon Trotsky e dirigente do *Socialist Workers Party* (SWP – Partido Socialista dos Trabalhadores), Joseph Hansen, era um agente da *Gosudarstvennoye Politicheskoye Upravleniye* (GPU – Diretório Político do Estado) soviética e do *Federal Bureau of Intelligence* (FBI – Birô Federal de Inteligência)¹¹.

As situações extremas são aquelas em que a historiografia militante assume uma forma sectária, na qual a pequena política ocupa o espaço que a grande política deveria manter e para a qual as diferenças com outras organizações, compreensíveis somente para iniciados, são mais importantes do que os conflitos entre as classes e a luta pelo poder político. O efeito mistificador e religioso dessa perspectiva é evidente. Sua função é a de estimular uma fé e não o conhecimento e a imaginação política. Funciona assim o barro que mantém de pé um pequeno casebre mas que é incapaz de sustentar uma grande edificação. Assim como os evangelistas imaginavam as pequenas façanhas de Jesus Cristo, o qual, impotente perante a miséria do mundo, satisfazia-se em dar de beber a uns poucos convivas nas bodas de Canã, a historiografia sectária fantasia a respeito dos pequenos feitos dos novos profetas. Embora a

fé mística tenha um efeito positivo nas pequenas organizações políticas ela tem vida curta quando o objetivo é mudar o mundo. O comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) alertou para os perigos dessa historiografia orientada pela pequena política:

O sectário se exaltará com os detalhes internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de místico entusiasmo; o historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que possui no quadro geral, colocará o acento, principalmente, na eficácia real do partido, sobre sua força determinante, positiva e negativa, na sua contribuição para criar um evento e também, para impedir que outros eventos tenham lugar¹².

O alerta é de grande importância. Ele exige que o historiador militante se afaste daquela profusão de pequenos conflitos cotidianos que marcam a vida das organizações políticas e de modo mais intenso a existência dos pequenos e marginais agrupamentos trotskistas. Embora possam ser relevantes para alguns estudos biográficos ou mesmo para uma história culturalista dessas correntes, para uma história política e social essas escaramuças e diferenças político-teóricas entre pequenos grupos só têm sentido quando suas luzes são refratadas pelo prisma da grande política, ou seja, por um esforço coletivo com vistas a incidir de modo eficaz sobre o curso da própria história, mesmo que em escala local.

Compreende-se, assim, que a iconoclastia seja um pré-requisito essencial para a historiografia militante dos trotskismos contemporâneos. Ela é, também, um poderoso antídoto contra a historiografia oficial e seu produto quimicamente puro, a historiografia sectária. Discorrendo em 1982 a respeito da história dos trotskismos, o argentino Nahuel Moreno (1924-1987) apresentou um inusitado, mas promissor, ponto de vista a respeito:

Os [dirigentes] do SWP [Socialist Workers Party dos Estados Unidos], que tanto admirávamos nunca mencionavam seus próprios erros. Sua história era uma história de gênios, carregados de acertos. [O trotskista belga Ernst] Mandel atuava de forma semelhante. Os dirigentes do movimento trotskista mundial se consideravam colossos que nunca erravam. No entanto, o trotskismo dirigido por eles era lastimável¹³.

Uma história definitiva e oficial que incense seus chefes e proclame seus sucessivos acertos, como a criticada nessa passagem, é uma história acrítica, a-histórica e dogmática. De certo modo não deixa de ser um retorno à velha historiografia política positivista, na qual os grandes eventos encontravam

sua expressão nos grandes líderes. Nos manuais nos quais essa modalidade de conhecimento encontrava sua expressão, a revolução inglesa era identificada com Cromwell; a francesa com Robespierre, Danton e Marat; a russa com Lenin e Trotsky. Esse não é um procedimento muito diferente daquele que reduz organizações internacionais e partidos nacionais à imagem de seus líderes. Encontrar o antídoto para a história oficial é crucial. Qual é, então, a alternativa metodológica? Uma resposta inusitada pode ser encontrada na rude e surpreendente afirmação de Moreno:

A aborrecida experiência de andar sempre no meio de gênios nos levou a fazer propaganda indireta sobre os nossos membros de base, para convencê-los, por todos os meios, que nós erramos muito, que precisam pensar e pensar por conta própria, já que nossa direção não é nenhuma garantia de genialidade. Queremos inculcar-lhes, por todos os meios, o espírito autocrítico, marxista, e não a devoção religiosa a uma modesta direção, provinciana na sua formação e bárbara na sua cultura¹⁴.

Esta autocrítica é das mais impiedosas. Seu objetivo claro é destruir toda ilusão biográfica e todos os mitos construídos em seu entorno. É de se perguntar, entretanto, se esse alerta cumpriu de fato sua função. As publicações que se seguiram imediatamente à morte de Moreno na Argentina levam a crer que seu objetivo esteve longe de ser atingido e que prevaleceram tendências similares àquelas que criticou nos dirigentes do SWP e dos trotskismos europeus¹⁵. Mas outras interessantes experiências foram feitas no âmbito dessa corrente. É o caso, por exemplo, da monumental pesquisa realizada por um grupo de militantes coordenado pelo veterano trotskista argentino Ernesto Gonzáles (1924-2007)¹⁶. Pouco antes de sua morte, Gonzáles dirigiu a publicação de seis volumes dedicados à história do trotskismo ortodoxo na Argentina. Embora desigual em sua qualidade e excessivamente descritiva, trata-se da melhor obra produzida sobre a história dessa corrente na América Latina. Seu grande mérito é recorrer a uma profusão de documentos pouco conhecidos e pesquisados, assim como à história oral para descrever de modo minucioso e crítico uma trajetória política que se confunde com a história da luta de classes na Argentina¹⁷.

Como escrever essa história?

Um caminho para superar os limites da historiografia contemporânea dos trotskismos é concebê-la com base no paradigma da análise de relações de forças. Tal perspectiva enfatiza os conflitos próprios dos partidos políticos.

O consenso, os acordos, a unidade têm, certamente, seu lugar nessa história, mas um lugar subordinado pelo dissenso, os desacordos, as lutas, os combates e as rupturas próprias da vida das organizações. O consenso não nasce da habilidade comunicacional dos agentes, nasce da capacidade de estes resolverem os conflitos que organizam a ação política.

É anedótica a capacidade das organizações trotskistas em dissentir, divergir e romper. Mas essa imagem, nascida em um contexto no qual os partidos comunistas reivindicavam para si o monopólio da representação política da classe trabalhadora, não retrata atributos exclusivos dos trotskismos. Ela reproduz aquilo que é próprio da política quando esta não se encontra soterrada pelo totalitarismo ou por pretensões totalitárias. Concebida de modo realista, a política é o conflito pelo poder político. As organizações políticas não se encontram à margem desse conflito. O consenso não é uma *creatio ex nihilo*. Ele é o resultado do dissenso em situações nas quais as condições para a superação independem em grande parte dos agentes.

Uma perspectiva historiográfica social e política requer que diferentes dimensões desses conflitos sejam apreendidas pelo analista. Aqui são destacados três níveis dessas relações de forças – internas, nacionais e internacionais – que deveriam ser levados em consideração pelos pesquisadores. Eles correspondem a três temporalidades diferentes mas sobrepostas do conflito, as quais não podem ser confundidas. A distinção entre esses diferentes momentos é, evidentemente, analítica e tem por objetivo facilitar a pesquisa.

1) Relação de forças internas. A historiografia das esquerdas produziu, com muita frequência, uma história interna das organizações políticas. Antonio Gramsci em um conjunto de escritos anteriores a sua prisão, assentou as bases metodológicas para aquilo que poderia se chamar de uma história da formação dos grupos dirigentes. Refletindo sobre o tortuoso processo de constituição do *Partito Comunista d'Italia* (PCd'I – Partido Comunista da Itália) a partir da ruptura com o *Partito Socialista Italiano* (PSI – Partido Socialista Italiano) em 1923, Gramsci enfatizou as lutas internas por meio das quais se afirmou uma nova equipe de direção, organizada primeiramente no jornal *L'Ordine Nuovo*.

A reconstrução dessas lutas parte do pressuposto de que as contradições existentes no partido se expressam de modo mais claro e direto no interior dos grupos dirigentes. Os organismos dirigentes reproduziriam em seu seio os choques, conflitos e lutas das quais o partido participa, mas também o efeito dessas lutas sobre a própria organização partidária. De certo modo, esse enfoque reproduz a metáfora maquiaveliana, segundo a qual o príncipe compreende melhor o povo do que este compreende a si mesmo; é do alto da

montanha que se pode enxergar melhor a planície. O olhar a partir da cúpula permitiria, assim, uma visão mais abrangente da vida interna do partido e uma percepção mais apurada do complexo processo de construção de sua identidade política e programática.

A monumental *Storia del Partito Comunista Italiano*, publicada por Paolo Spriano (1925-1988) nos anos 1980, segue, em grande medida essa diretriz, concentrando-se nos embates na cúpula do partido e nas divergências entre os dirigentes¹⁸. Apoiando-se em grande medida nos esboços do dirigente comunista Palmiro Togliatti (1893-1964), essa obra não conseguiu afastar-se da versão oficial sobre a história do partido, principalmente no que diz respeito aos conflitos com Amadeo Bordiga (1889-1970), primeiro, e com as diferentes oposições depois. Mas o trabalho de Spriano permite perceber as virtudes de sua abordagem. Apoiando-se em uma incrível massa de documentos, Spriano produziu uma consistente exposição dos debates entre as diferentes correntes do comunismo italiano e a evolução política do partido, ainda que em alguns momentos seu compromisso com a política desse mesmo grupo dirigente debilite em vários pontos seu trabalho. Mas, apesar de seus inegáveis méritos, o resultado final, como alertou Perry Anderson, não dá ao leitor nenhuma ideia da história social dos militantes do partido¹⁹.

Os grandes trabalhos do historiador Pierre Broué (1926-2005), principalmente *Le parti bolchevique* e *Histoire de l'Internationale communiste*, carregam consigo as mesmas virtudes e as mesmas deficiências do trabalho de Spriano. A forte pesquisa em arquivos e o uso intensivo de documentos é a marca do trabalho historiográfico de Broué, o que lhe permitiu esclarecer aspectos importantes da história contemporânea, como o real papel da oposição de esquerda na luta interna ocorrida na União Soviética na década de 1930 e as condições nas quais stalinistas espanhóis e franceses executaram o catalão Andreu Nin (1892-1937), líder do Partido Obrero de Unificación Marxista (Poum – Partido Operário de Unificação Marxista), e o trotskista italiano Pietro Tresso (1893-1943). Mas em seus livros a luta de classes parece ter expressão apenas no interior das organizações políticas. Os trabalhadores, suas vidas e lutas são apenas personagens muito secundários ou acontecimentos episódicos de uma narrativa que se processa quase exclusivamente no âmbito da cúpula partidária, dos documentos oficiais e dos jornais da direção²⁰.

O risco de uma historiografia oficial é grande. Mas ele aumenta se a investigação restringir-se à formação e ao desenvolvimento dos grupos dirigentes das organizações trotskistas. Se um partido político é a forma orgânica que assume uma vontade coletiva consciente de si, sua memória não pode deixar de ser também uma memória coletiva²¹. É a memória de todos os homens e mulheres que uniram suas forças na construção de um projeto político co-

mum. O partido não se reduz, pois, ao seu grupo dirigente, do mesmo modo que sua história não pode se reduzir à de sua cúpula. Nessa perspectiva, a reconstrução do ponto de vista dos grupos dirigentes não esgota a pesquisa. Ela pode ser um momento importante, mas certamente não é o único momento da investigação.

2) **Relação de forças nacional.** Como forma política que organiza a hegemonia o partido não pode ter sua existência reduzida à sua cúpula ou mesmo a sua vida interna. Seja a formação desses grupos dirigentes, sejam os embates que têm lugar no interior da agremiação traduzem para a linguagem do partido uma relação de forças que não se esgota nele. A ruptura entre bolcheviques e mencheviques e os debates a respeito da organização do *Rossijskaja Social-demokrati-eskaja Rabo-aja Partija* (RSDRP – Partido Operário Social-Democrata Russo) não teriam razão de ser se a autocracia czarista não existisse; a conformação do poderoso *Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (USPD – Partido Social-Democrata Independente da Alemanha) nunca ocorreria sem a tragédia da Primeira Guerra Mundial. A reunificação dos trotskismos em 1962 não aconteceria sem o impacto da revolução cubana²². Para observadores externos, a vida de uma organização política parece o resultado de uma luta cega pelo poder, a realização de um espírito faccioso ou, na pior das hipóteses, o resultado de um complexo ritual esotérico. Mas a existência dessa organização, mesmo em seus aspectos comezinhos, é condicionada por fortes determinações sociais. São acontecimentos e relações de forças conhecidas de muitos que dão sentido ao partido, e às lutas que nele têm lugar.

Greves, guerras e revoluções; crise e estabilidade econômica; ascensão e refluxo das lutas sociais; vitórias e derrotas da classe trabalhadora são os eventos que marcam o desenvolvimento dos partidos socialistas. Legalidade ou clandestinidade; agitação política aberta ou propaganda subterrânea; crescimento ou dissolução, muitas vezes não são o resultado de decisões que antecipam a realidade, e sim resoluções tomadas *a posteriori* tendo em vista adaptar a organização política a uma nova realidade, ou simplesmente racionalizar o que esta lhe impôs. A periodização da vida dos partidos não costuma ser muito diferente da que marca o ritmo dos conflitos sociais. Refletindo a respeito da história das classes subalternas e dos partidos políticos que uniam seus destinos ao destas, Antonio Gramsci escreveu:

A história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal

(e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um aspecto seu característico²³.

O esforço do historiador deve ser voltado para reencontrar na história do partido aquele movimento das classes sociais que dá sentido à sua existência. Essa perspectiva metodológica se torna ainda mais importante quando se trata da história de organizações políticas que não superaram os estágios iniciais de sua construção e não são capazes ainda de transformar sua vontade em uma vontade coletiva de massas. Para essas organizações, o movimento das classes sociais, a própria vida delas, é sempre algo externo; são fatos e eventos que se apresentam de modo incontornável, ontologicamente objetivos. O partido, nesses casos, reage a eles, ao invés de simplesmente agir; conforma-se a eles, ao invés de conformá-los; é efeito e não causa. O enigma da organização não pode ser resolvido, nessas situações, por meio da relação de forças internas. É necessário olhar para fora e reencontrar uma relação de forças que embora ontologicamente objetiva seja, para a organização, epistemologicamente subjetiva, lida e interpretada com base em sua teoria e seu programa.

A análise da relação de forças nacional permite ao pesquisador ir além da pequena política. Ordenada pela grande política, pelos choques que repercutem no âmbito da vida estatal, a relação de forças nacional recoloca os conflitos intrapartidários em seu devido lugar. Aquilo que parecia ser uma luta cega por poder e prestígio mostra contornos muito diferentes quando o olhar se desloca do que é interno à organização para o que é externo. A história de um partido deixa, devido a esse deslocamento, de ser uma soma de anedotas caseiras, a epopeia de um líder iluminado ou o percurso de uma geração. Passa a ser uma história monográfica da luta de classes em um país, um capítulo da história política e social de uma nação.

3) Relação de forças internacional. A historiografia de uma corrente internacionalista – e esse deveria ser o caso das correntes trotskistas – deveria estar ela também marcada por um internacionalismo metodológico²⁴. A história das organizações trotskistas nacionais é antes de tudo, parte da história do movimento pela Quarta Internacional. Fundada em 1938, esta já tem mais de 70 anos de existência, sendo das internacionais operárias a que mais tempo perdurou. No entanto, pode-se dizer que essa história ainda está por ser escrita. A historiografia da Quarta Internacional ainda é muito precá-

ria, resumindo-se, na maioria das vezes a textos de propaganda parcialmente documentados²⁵. Mas também é possível dizer que essa dificuldade se deve ao fato de que essa história ainda está por realizar-se.

Até o momento, a história da Quarta Internacional é a de uma resistência molecular. Afora as exceções da Bolívia e do Ceilão, na década de 1950, e de alguns momentos muito particulares em outros países, os trotskismos ainda não adquiriram influência política decisiva na luta de classes²⁶. Relegados a um gueto histórico, resistiram como reserva moral e intelectual do marxismo revolucionário; mantiveram um nexos programático com a revolução de Outubro de grande importância para a história do movimento operário internacional. Seus caminhos foram cortados por um sem-número de assassinatos e perseguições, mas também, rupturas e cisões, que contribuíram para tornar sua historiografia não apenas fragmentária, mas também marcada, muitas vezes, pelas vicissitudes dessa trágica e conturbada existência.

É, então, como parte da luta de classes nacional e da construção de uma organização política internacional que a história das correntes trotskistas nacionais pode ganhar pleno sentido. Para a historiografia, não é fácil mover-se nesses diferentes planos. Embora as dimensões nacionais e internacionais da política estejam combinadas, essa combinação é desigual. Uma simples transposição dos debates internacionais para o interior de uma organização nacional tende a criar explicações frágeis a respeito de seu desenvolvimento, ignorando as mediações interpostas. As características nacionais da organização, próprias da história das classes trabalhadoras de cada país, imprimem sua marca nessa trajetória. É por meio dessas características que a política internacional assume uma forma nacional que é preciso levar em consideração.

Os ásperos debates e as lutas fracionais que marcaram a existência das diversas correntes trotskistas fizeram prevalecer simplificações. Frequentemente, organizações de centenas ou milhares de militantes foram identificadas e confundidas com seus dirigentes. Expressões como mandelistas, lambertistas, pablistas, loristas, morenistas, healyistas e outros tantos neologismos tornaram-se, assim, correntes no léxico militante. Mas a simplificação própria de um debate político muitas vezes simplório não pode ser reproduzida pela pesquisa histórica. A adesão da maioria de um partido nacional às teses de uma agrupação internacional não o torna idêntico a outros que partilhem as mesmas teses. Trajetórias e culturas políticas nacionais, grupos dirigentes autóctones, formas institucionais particulares e mesmo personalidades individuais variadas não são dissolvidas no caldo ralo das discussões fracionais.

Auscultar o batimento das relações de forças nacionais e internacionais, identificando o novo ritmo que nasce da sobreposição destes, é, assim, de grande importância. O internacionalismo metodológico não pode ser con-

fundido com uma nova forma de reducionismo. Sua vantagem sobre outras perspectivas está em levar em consideração a dimensão internacional da ação política, uma dimensão geralmente desvalorizada pela historiografia tradicional, e não em subsumir a dimensão nacional nela.

Por onde começar?

O trabalho historiográfico sobre os trotskismos é uma difícil e árdua tarefa e está apenas começando. As pesquisas pioneiras fornecem um importante ponto de partida, mas a historiografia dos trotskismos brasileiros permanece subdesenvolvida. O período mais estudado é o da primeira metade do século XX, no qual se destacam os livros de José Castilho Marques Neto sobre Mario Pedrosa (1900-1981) e de Dainis Karepovs sobre a fração de Hermínio Sacchetta (1909-1982) no Partido Comunista do Brasil (PCB)²⁷. A ênfase desses trabalhos está na reconstrução dos primeiros passos do movimento no Brasil e, particularmente, nos conflitos no interior do movimento comunista que deram origem a essa corrente. Nos estudos dedicados a esse período, os trotskismos são um capítulo da história do comunismo e, por essa razão, as lutas internas desse partido ganham destaque. Embora parciais, essas investigações abriram o caminho e mostraram o que deveriam fazer os historiadores que assumissem o desafio de pesquisar os períodos subsequentes.

Momentos posteriores dessa história foram abordados por Pedro Roberto Ferreira em seu estudo sobre o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e por Murilo Leal, em sua obra sobre o Partido Operário Revolucionário (POR)²⁸. Concentrando-se na análise do jornal *Orientação Socialista*, o trabalho de Ferreira privilegia a análise do discurso político do partido liderado por Sacchetta, permitindo uma melhor compreensão da política dos trotskistas brasileiros na década de 1940. A pesquisa de Leal é mais abrangente. Mobilizando uma quantidade impressionante de fontes e depoimentos de militantes, destaca não apenas as ideias predominantes no POR, mas também seus debates internos e sua forma organizativa. Este último pode ser considerado, justamente, como o estudo mais amplo e bem acabado sobre uma organização trotskista.

A partir daí, entretanto, as pesquisas tornam-se escassas. São em menor número, e também de menor significado. Antonio Ozaí dedicou algumas páginas de sua *História das tendências no Brasil* às correntes trotskistas²⁹. Mas esse livro, embora contenha dados básicos a respeito de um número considerável de organizações políticas, não faz senão ordenar informações existentes alhures, além de estar excessivamente marcado pelas opiniões políticas de seu autor, que repetidamente as expressa sem se dar o trabalho de argumentar a respeito. Dainis Karepovs e Murilo Leal foram além e produziram um subs-

tancial artigo sobre os trotskismos brasileiros contemporâneos³⁰. Os limites desse importante trabalho são aqueles impostos pela sua forma: não se trata nem de um estudo comparado nem de uma análise monográfica. É, entretanto, uma contribuição relevante para estimular novas pesquisas.

Os únicos estudos monográficos notáveis que abordam o período recente são, até o momento, a dissertação de Marcos Moutta de Faria sobre as origens da Convergência Socialista e o livro de Vitor Angelo sobre a Democracia Socialista. Infelizmente, pois se trata de uma pesquisa bem documentada e informada, a dissertação de Moutta permanece inédita. Seu recorte temporal é, entretanto, bastante circunscrito, restringindo-se aos primeiros anos dessa organização. O livro de Angelo é mais ambicioso, cobrindo um período mais extenso. Sua abordagem é, entretanto, bastante convencional, prende-se muito aos documentos da organização estudada, recorre a pouquíssimas entrevistas e expõe de modo muito parcial a trajetória da Democracia Socialista³¹.

Há, pois, ainda muito a fazer: documentos a encontrar, depoimentos a colher, informações a interpretar. As fontes para essa pesquisa encontram-se dispersas. Paradoxalmente, a crise e a falência de algumas das organizações trotskistas facilitaram a atividade dos investigadores. Quando a maioria dos militantes da corrente O Trabalho aderiu à tendência Articulação do Partido dos Trabalhadores (PT), os arquivos mantidos pela organização foram doados para o Centro de Documentação do Movimento Operário (Cemap) e, em 1994, transferidos sob custódia, para o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (Cedem)³². Trata-se de vasto conjunto documental, formado por 602 títulos de periódicos e 215 caixas de arquivo contendo boletins internos, atas, teses, resoluções e correspondência da organização. O Cedem também reúne coleções doadas por antigos militantes da corrente, como Clara Ant e Luis Favre. No Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), setor da Fundação Perseu Abramo responsável pelo tratamento do arquivo histórico do PT, há ainda um importante conjunto documental, em sua maior parte iconográfico, depositado por Vera Jursys; e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), encontra-se ainda a documentação reunida por Luís Araújo, militante dessa tendência, e doada por sua família após sua morte.

O destino dos arquivos da Democracia Socialista (DS) foi similar. Em 2001, quando já eram evidentes os sinais de crise da corrente, José Corrêa, responsável pela sua editora – Em Tempo – doou o arquivo nacional da organização para o Cedem. Além da imprensa da corrente, o Fundo Em Tempo, constituído por 43 caixas, contém textos sobre organização interna, balanços financeiros, debates internos, atas de reuniões, planos de ação e documenta-

ção sobre a participação da corrente no movimento sindical³³. Em 2000, Caio Galvão de França doou ao CSBH exemplares do jornal *Em Tempo* e o acervo fotográfico do jornal (5.749 fotografias)³⁴. Nesse mesmo Centro encontram-se o fundo de Tatau Godinho e a coleção Tendências e Partidos Internos no PT, com documentos dessa organização. Com conteúdo afim, há no AEL uma coleção composta por 14 caixas provenientes do jornal *Em Tempo*, contendo documentos manuscritos e periódicos, duas caixas doadas por Reginaldo Moraes, com importante documentação do Partido Operário Comunista (POC) e o Fundo Gilberto Mathias, o qual contém seis pastas com imprensa e documentos do POC e uma pasta com documentos da DS.

Os arquivos da corrente que desaguou no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) permanecem, entretanto, em seu poder. Recentemente, esse arquivo começou a ser reunido, graças à iniciativa de Bernardo Cerdeira, e organizado sob a supervisão da bibliotecária Iraci Borges. Dada a perenidade da organização, trata-se do conjunto documental mais vasto e importante para a história recente dos trotskismos brasileiros. São centenas de caixas contendo teses, resoluções, circulares internas, correspondência, atas de reuniões, folhetos, panfletos, cartazes, vídeos e registros sonoros. Esta é, também, a única organização trotskista brasileira que demonstrou alguma preocupação com a divulgação de sua história, tendo registrado depoimentos em vídeo e editado filmes de propaganda a respeito. Embora o acesso a essa documentação dependa da autorização do partido, vários pesquisadores já puderam utilizá-la. Para a documentação internacional da corrente à qual pertence o PSTU e as organizações que o precederam, há o *Archivo Leon Trotsky*, uma importantíssima base de dados *on-line* que já disponibilizou na rede mundial de computadores mais de 4.800 documentos³⁵.

Há ainda alguns pequenos acervos dispersos. É possível encontrar jornais, documentos e boletins internos no AEL, Cedem e CSBH. Importantes registros encontram-se dispersos nos arquivos públicos estaduais do país: são os acervos dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), os quais guardam documentos apreendidos, fotografias, fichas e dossiês elaborados durante anos de perseguição pela polícia política. Outros tantos permanecem lacrados nos arquivos dos serviços de informação das Forças Armadas, impedidos de tornarem-se públicos. Por fim, há o material reunido pacientemente pelos militantes e utilizado para preservar sua própria memória e para formação política.

Nem todos os documentos produzidos pelos trotskismos (jornais, teses, panfletos, boletins de discussão, atas, gravações de áudio e vídeo etc.) estão preservados nesses arquivos. Fontes importantes extraviaram-se com o passar do tempo. Além do mais, não há arquivos regionais ou setoriais em

condições de reunir os documentos produzidos localmente. A diversidade das fontes estudadas é crucial para uma historiografia não oficial dos trotskismos contemporâneos. Aos documentos dos partidos trotskistas, jornais nacionais, depoimentos e biografias dos dirigentes partidários, devem se somar a imprensa e documentos de outras organizações políticas, depoimentos de militantes de base, imprensa partidária local, panfletos, cartazes, fotografias, correspondência política e pessoal de seus integrantes, diários, cadernetas de anotações, agendas, vídeos, filmes, registros sonoros e toda a vasta gama de gêneros documentais, que serviram de suporte para a memória dessa experiência coletiva que assumiu a forma de partido.

A investigação nesse campo recém começa e é necessário assentar as bases para que estudos sobre aspectos particulares da política, da organização, do pensamento e da cultura dessas correntes políticas possam ser levados a cabo. Os estudos monográficos são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, particularmente, para o conhecimento mais apurado da trajetória dessas organizações. Mas vale lembrar que o grande desenvolvimento, a partir da década de 1980, dos estudos monográficos sobre os comunistas brasileiros foram em grande parte precedidos pela singela obra de Astrojildo Pereira, a qual narra os primeiros anos do partido, e pelos amplos panoramas traçados pelos brasilianistas John Foster Dulles e Ronald Chilcote.³⁶ Pesquisas sobre aspectos particulares da trajetória dos comunistas encontraram nessas obras pioneiras uma trilha por onde avançar.

Quadros cronológicos, bases de dados, informações biográficas, identificação e localização de fontes caracterizam os momentos iniciais da pesquisa, mas sem essas ferramentas não é possível avançar. Assim, num primeiro momento, a investigação sobre a trajetória recente dos trotskismos necessitaria assentar as bases metodológicas necessárias à investigação, esboçar uma abrangente exposição do percurso dessas organizações políticas e construir as ferramentas necessárias para pesquisas mais aprofundadas. Uma vez construídos esses alicerces para a pesquisa, os estudos monográficos poderiam avançar com passos mais firmes. Já que esse trabalho será árduo, seria uma boa ideia começar logo com ele.

RESUMO

Na primeira seção, o artigo discute como não escrever a história recente dos trotskismos brasileiros. Uma história definitiva é impossível, dada a provisoriedade e precariedade dos conhecimentos acumulados; uma história oficial, a qual tende a subordinar a narrativa à vontade dos grupos dirigentes, é indesejável. Na segunda seção, apresenta-se uma alternativa historiográfica baseada em um modelo relacional, o qual investiga as relações internas, na-

cionais e internacionais que organizam a vida das organizações políticas. Na última seção, expõe-se o estado atual das pesquisas, apresentam-se os arquivos existentes, e afirma-se a necessidade de quadros cronológicos, bases de dados, informações biográficas, identificação e localização de fontes, assim como de estudos abrangentes que abram caminho para as investigações monográficas.

PALAVRAS-CHAVE

Trotskyismos; Partidos e Organizações Políticas; Historiografia.

ABSTRACT:

The first section of the article discusses how not to write the recent history of Brazilian trotskyisms. A definitive history is impossible, given the precariousness and temporariness of the accumulated knowledge and the absence of agreed conceptual frameworks; an official history, which tends to subordinate the narrative to the will of the ruling groups, is undesirable. The second section presents an alternative historiography based on a relational model that investigates the internal, national and international relations organizing the life of political organizations. The last section exposes the current state of research, presents the existing archives, and states the need for chronological charts, databases, biographical information, identifying and locating sources as well as comprehensive studies to open the way for monographic research.

KEYWORDS

Trotskyisms; Parties and Political Organizations; Historiography.

NOTAS

¹ Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Ciência Política da mesma instituição. Contato do autor: abianchi@unicamp.br.

² Não é o objetivo deste trabalho conceituar os trotskismos, mas prefere-se aqui o plural para evitar a proclamação do “verdadeiro” trotskismo, tão a gosto das pequenas seitas. De modo muito simplificado, o trotskismo pode ser definido como a corrente político-ideológica que tem início em 1923 com a luta da Oposição de Esquerda e de Leon Trotsky (1879-1940) contra a direção de Josef Stalin (1878-1953) na União Soviética. Em 1938, essa corrente funda a Quarta Internacional. Os trotskismos contemporâneos têm em comum a reivindicação desse combate.

³ O historiador Felipe Demier argumentou de maneira consistente que as ideias de Trotsky influenciaram os estudos que romperam definitivamente com as concepções dualistas da sociedade brasileira predominantes até a década de 1960. Cf. DEMIER, Felipe. Leon Trotsky e os estudos sobre populismo brasileiro. *Outubro*, São Paulo, n. 13, 2006, p. 59-78, e A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, n. 16, 2007, p. 75-107.

⁴ A importância dessas correntes nas lutas camponesas permaneceu, entretanto, muito pequena.

- ⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 29.
- ⁶ O retorno das absurdas teorias criacionistas na biologia mostra que também as ciências naturais podem ser suscetíveis desse mal.
- ⁷ COMITÉ Central del P. C. (b) de la U.R.S.S. *Historia del Partido Comunista bolchevique de la U.R.S.S.*: Compendio. 4. ed. Moscou: Lenguas Extranjeras, 1946.
- ⁸ KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 17.
- ⁹ Mesmo pesquisadores sérios e competentes podem assumir esse tipo de comportamento autojustificador. Veja-se, por exemplo, a dificuldade que até um filósofo sofisticado como o francês Daniel Bensaid (1946-2010) enfrentou para explicar seu apoio às epifanias guevaristas de minúsculos grupos trotskistas na América Latina na década de 1970, recorrendo em última instância ao álbi da conjuntura preponderante. Cf. Bensaïd, Daniel. *Os trotskismos*. Fortaleza: Expressão, 2010, cap. VII.
- ¹⁰ COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del trotskismo argentino: (1929-1960)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985 e *El trotskismo en la Argentina: (1960-1985)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1986; MAGRI, Julio. Notas à história do trotskismo na Argentina. *Cadernos de Em Defesa do Marxismo* (2 v.). São Paulo, n. 2, 1995.
- ¹¹ Joseph Hansen (1910-1979) foi secretário de Trotsky entre 1937 e 1940, durante o exílio deste em Coyoacán (México) e estava na casa do exilado quando o agente da GPU, Ramón Mercader golpeou mortalmente o velho bolchevique. No começo dos anos 1970 remanescentes do Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI, ver nota 22), dentre os quais o britânico Gerry Healy (1913-1989) e o estadunidense David North, denunciaram que o SWP havia sido infiltrado pelo FBI. No auge da campanha, em 1977, Hansen foi acusado por esse grupo de ter se reunido em 1938 com agentes da GPU e em 1940 com agentes do FBI. As reuniões de 1940 foram confirmadas pelo próprio Hansen, que procedeu com mandato da direção do SWP, e tinham por objetivo reunir informações sobre o atentado realizado contra Trotsky. A grande maioria do movimento trotskista internacional, das mais variadas tendências, repudiou essa campanha difamatória. Cf. NORTH, David. *The heritage we defend: A contribution to the History of the Fourth International*. Detroit: Labor, 1988, cap. 32, e *The case against the SWP: What the facts show*. Detroit: Labor, 1986.
- ¹² GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana*. Turim: Giulio Einaudi, 1977, p. 1630.
- ¹³ MORENO, Nahuel. A existência de uma tendência trotskista ortodoxa é um fato. *Correio Internacional*, São Paulo, a. I, n. 1, fev. 1982, p. 13. O trotskista belga Ernest Mandel (1923-1995) foi uma das personalidades mais destacadas da Quarta Internacional após a Segunda Guerra Mundial.
- ¹⁴ *Idem*.
- ¹⁵ Ver, por exemplo, a publicação CARRASCO, Carmen e CUELLO, Hernan Felix. MORENO, Nahuel. "Esbozo biográfico". *Correio Internacional*, Buenos Aires, s. n., 1988, na qual o tom hagiográfico atravessa as páginas. Muito diferente é a versão que o mesmo dirigente deu de si mesmo em algumas entrevistas autobiográficas, uma das quais foi publicada: MORENO, Nahuel. *Conversando com Moreno*. São Paulo: ACS, 1988.

- ¹⁶ GONZÁLES, Ernesto. *El trotskismo obrero e internacionalista em Argentina*. (3 t.). Buenos Aires: Fundación Pluma, 1996-1999.
- ¹⁷ É essa também a opinião de POZZI, Pablo A. “A propósito de El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina”. *Herramienta*, Buenos Aires, 2000, p. 173-180.
- ¹⁸ Paolo Spriano. *Storia del partito comunista italiano*. (5 v.). Torino: Einaudi, 1967-1975.
- ¹⁹ ANDERSON, Perry. “La história de los partidos comunistas”. In RAPHAEL, Samuel (Ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica, 1984, p. 153.
- ²⁰ BROUÉ, Pierre. *Le parti bolchevique: Histoire du P.C. de l’U.R.S.S.*. Paris: Les Editions de Minuit, 1963 e *Histoire de l’Internationale communiste: 1919-1943*. Paris: Fayard, 1997 [Edição brasileira: *História da Internacional Comunista, 1919-1943* (2 v.). São Paulo: Sundermann, 2007].
- ²¹ Utiliza-se aqui o conceito de partido de modo amplo, abrangendo, também, correntes de opinião, jornais, tendências e frações que se organizam em torno de um programa político e uma direção.
- ²² Em 1953, a maior parte dos militantes das organizações trotskistas da França, dos Estados Unidos, Inglaterra e China romperam com o Secretariado Internacional da Quarta Internacional (SIQI) e criou o Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI). O Comitê Internacional considerava que a direção do SI e principalmente seu máximo expoente, o grego Michel Pablo (1911-1996), desenvolviam uma política de adaptação ao stalinismo após a Segunda Guerra Mundial e consideravam que tal política poderia liquidar as bases políticas e organizativas da Internacional. As duas alas, entretanto, chegaram a acordos fundamentais sobre o apoio à revolução cubana de 1959 e à guerra de independência da Argélia no início dos anos 1960. Com base nesses acordos, constituiu-se um comitê paritário em 1962 e foi realizado um congresso de reunificação em 1963, no qual foi criado o Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SUQI). Organizações francesas e inglesas que não concordavam com a reunificação mantiveram a denominação do CIQI. Ver, em uma exposição sóbria e bem documentada desses debates, ALEXANDER, Robert J. *International trotskyism, 1929–1985: A documented analysis of the movement*. Durhan: Duke University Press, 1991, p. 304-339.
- ²³ GRAMSCI, A., *Op. cit.*, p. 1630.
- ²⁴ Sobre o internacionalismo metodológico, ver BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de Leon Trotsky: Notas para uma reconstrução teórica”. *Ideias*, v. 14, 2007, p. 57-99.
- ²⁵ Ver FRANK, Pierre. *La Quatrième Internationale: Contribution a l’histoire du mouvement trotskyste*. Paris: François Maspero, 1973; MARIE, Jean-Jacques *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional*. São Paulo: Palavra, 1981. O trabalho acadêmico de Robert J. Alexander (*Trotskyism in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1973, e *International Trotskyism, 1929–1985*. *Op. cit.*) tem características diferentes: dirige-se a um público universitário e é fartamente documentado, mas tende a ser descritivo e as análises teórica e política são precárias.
- ²⁶ Sobre a Bolívia e o papel dos trotskistas do Partido Obrero Revolucionário (POR), ver: LORA, Guillermo. “Revolution and counter revolution in Bolivia: The great decade of class struggles”. *Fourth International*, v. 13, n. 3, maio-jun. 1952, p. 89-94,

e Class Struggles in Bolivia (II). Fourth International, v. 13, n. 4, jul.-ago. 1952, p. 125-128; JUSTO, Liborio. *Bolivia: La revolución derrotada*. 2. ed. actual. con un comentario final. Buenos Aires: Juarez, 1971; Bolivia: “The revolution derailed? The crisis of 1952 and the trotskyist movement”. *Revolutionary History*, v. 4, n. 3, 1992; e ALEXANDER, R. J. Trotskyism in Latin America, p. 111-156. Uma crítica trotskista ao papel do POR em 1952 pode ser lida em LORA, Guillermo e SOLÓN, Pablo. “Polémica clave en Bolívia”. *Correo Internacional*, Buenos Aires, n. 25, jan. 1987, p. 41-45. Sobre o trotskismo no Ceilão: ERWIN, Charles Wesley. *Tomorrow is ours: The trotskyist movement in India and Ceylon (1935-1948)*. Colombo: Social Scientists Association, 2006; “Blows against the empire: Trotskyism in Ceylon – the Lanka Sama Samaja Party (1935–1964)”. *Revolutionary History*, v. 6, n. 4, 1997 e ALEXANDER, R. J. *International trotskyism*, p. 176-194.

²⁷ MARQUES Neto, José Castilho. *Solidão revolucionaria: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 e KAERPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003. Em fevereiro de 1980, Mário Pedrosa tornou-se o filiado número um do Partido dos Trabalhadores.

²⁸ FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa, política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)*. São Paulo: Mores, 1989 e LEAL, Murilo. *A esquerda da esquerda: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

²⁹ SILVA, Antonio Ozaí da. *Historia das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Proposta, [1987].

³⁰ LEAL, Murilo e KAREPOVS, Dainis. “Os trotskismos no Brasil”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 6. Campinas: Unicamp, 2007, p. 153-237.

³¹ ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: Da fundação ao PT*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2008.

³² CEDEM. *Guia do acervo*. São Paulo: Cedem/Unesp, 2008, p. 84.

³³ Idem, p. 106. A pesquisa de Vitor Amorim de Angelo passou aparentemente ao largo dessa documentação.

³⁴ MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri (Org.). *Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia do acervo*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 28.

³⁵ Disponível em: www.archivoleontrotsky.org. Acesso em: ago. 2012.

³⁶ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922/1928: Notas e documentos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962; DULLES, John W. F.. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973 e CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.